



Ministério
das Finanças

Direção Geral do Tesouro



Boletim Estatístico da Dívida Pública nº37

Praia,
Junho de 2026

FICHA TÉCNICA

Propriedade

Ministério das Finanças

Edição

Direção Geral do Tesouro

José Felix Moniz Delgado – Diretor Geral do Tesouro

Coordenação

Ministério das Finanças / Direção Geral do Tesouro / Serviço de Operações Financeiras

Francisco Avelino Vieira de Carvalho – Ministro das Finanças

José Felix Delgado – Diretor Geral do Tesouro

Malaquias Lopes – Diretor do Serviço de Operações Financeiras

Redação

Serviço de Operações Financeiras

Malaquias Lopes - Diretor do Serviço de Operações Financeiras

Maria de Fátima Lopes – Técnica do Serviço de Operações Financeiras

Emanuel Moreira – Técnico Especialista do Serviço de Operações Financeiras

João Apolonio Furtado - Técnico Sénior do Serviço de Operações Financeiras

Katia Rodrigues – Técnica do Serviço de Operações Financeiras

Aurisa Santos – Técnica do Serviço de Operações Financeiras

Ineida Duarte - Técnica do Serviço de Operações Financeiras

Maquetagem

Valdyr Ramos/MF/UTIC

Periodicidade

Trimestral

Endereço

Ministério das Finanças

Direção Geral do Tesouro

Av. Amílcar Cabral, CP: 102

Tel.: +238 260 74 31 / Fax.: +238 261 58 44

Email: dgt.caboverde@mf.gov.cv

Ilha de Santiago, República de Cabo Verde

I - ÍNDICE

II - ENQUADRAMENTO.....	4
III - SIGLAS	6
IV - QUADROS	8
1. DÍVIDA PÚBLICA TOTAL	9
2. DÍVIDA EXTERNA	10
2.1. Stock	10
2.2. Fluxos.....	10
3. DÍVIDA INTERNA	14
3.1 Stock	14
3.2 Fluxos.....	14
GLOSSÁRIO	16

II - ENQUADRAMENTO

O Governo de Cabo Verde tem como uma de suas principais metas fortalecer a credibilidade e a confiança junto dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, tanto a nível nacional quanto internacional. Neste contexto, a divulgação trimestral dos dados da dívida pública, reafirma o compromisso com a transparência na gestão do património financeiro do Estado.

O Boletim Estatístico (BE) da Dívida Pública da República de Cabo Verde surge com o propósito de fornecer informações estatísticas detalhadas sobre o stock e fluxos da dívida pública. A sua elaboração enquadra-se nas melhores práticas internacionais de gestão da dívida, recomendadas pelas instituições e organismos internacionais.

Este BE é produzido através de uma base de dados consistente, completa e precisa, servindo como uma ferramenta essencial para a tomada de decisões assertivas e oportunas no que se refere às políticas relacionadas com o endividamento do país. Trata-se de um instrumento fundamental para o acompanhamento da gestão da dívida pública, direcionado aos principais responsáveis pela gestão das Finanças Públicas, bem como a instituições financeiras nacionais e internacionais, parceiros de desenvolvimento, Instituições Universitárias, Investigadores/Académicos, contribuintes e público em geral.

A abrangência do BE é a dívida do Governo Central e as informações divulgadas têm como fonte o Ministério das Finanças. A classificação da dívida externa e interna baseia-se na residência do credor e os valores apresentados nos quadros estão expressos em milhões de Escudos Cabo-Verdianos.

III - SIGLAS

ASA	Aeroportos e Segurança Aérea
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África
BAI	Banco BAI Cabo Verde
BCA	Banco Comercial do Atlântico
BCV	Banco de Cabo Verde
BEI	Banco Europeu do Investimento
BIA	Banco Interatlântico
BT	Bilhetes do Tesouro
BCN	Banco Cabo-verdiano de Negócios
BM	Banco Mundial
CCV	Correios de Cabo Verde
CAIXA	Caixa Económica de Cabo Verde
DNP	Direção Nacional do Planeamento
DNOCP	Direção Nacional de Orçamento e Contabilidade Pública
DGT	Direção Geral do Tesouro
FAD	Fundo Africano para o Desenvolvimento
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
GARANTIA	Companhia de seguros (nacional)
IDA	Agência Internacional do Desenvolvimento
IFH	Instituto do Fomento da Habitação (Imobiliária)
IMPAR	Seguradora (nacional)
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
MF	Ministério das Finanças
OGE	Orçamento Geral do Estado
OT	Obrigações do Tesouro
PIIP	Programa Plurianual de Investimento Público
PROMOTORA	Sociedade de Capital de Risco (nacional)
TC	Tribunal de Contas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

IV - QUADROS

IV.1 - DÍVIDA PÚBLICA TOTAL**IV.1.1 - Stock****IV.1.1.1 - Composição e indicadores da Dívida Pública 2º Trimestre 2026**

(em milhões CVE)

	2º Trimestre 2024	2º Trimestre 2025	2º Trimestre 2026
Saldo da Dívida Pública	302 130,6	298 925,4	303 728,8
% do PIB	109,2%	99,9%	93,1%
Dívida Externa	204 104,2	200 729,4	200 745,4
Dívida Interna	98 026,3	98 196,1	102 983,4
Total Desembolsos	18 205,3	14 428,7	14 467,1
% do PIB	6,6%	4,8%	4,4%
Dívida Externa	6 581,4	5 156,2	2 506,9
Dívida Interna (inclui outros Créd)	11 623,9	9 272,5	11 960,2
Total Serviço da Dívida	15 528,8	18 838,9	18 510,7
% Dívida Externa sobre Exportações	11,9%	11,1%	10,3%
% das Receitas do Estado	20,2%	50,3%	43,6%
% das Reservas Internacionais	21,2%	19,5%	14,2%
Dívida Externa	6 951,7	7 032,9	7 059,6
Dívida Interna (inclui Dív. Flutuante)	8 577,1	11 805,9	11 451,1
Memória: PIB do ano	276 588,0	299 131,5	326 105,2
Exportações	58 643,8	63 241,5	68 643,2
Receitas do Estado	77 049,8	37 452,2	42 421,3
Reservas Internacionais	73 396,0	96 765,7	130 247,6

DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO

em milhões CVE

	2º Trimestre 2024	2º Trimestre 2025	2º Trimestre 2026
Dívida Gov. Central	302 130,6	298 925,4	303 728,8
Dívida Externa	204 104,2	200 729,4	200 745,4
Multilateral	123 384,7	125 049,6	130 498,7
Bilateral	36 393,8	34 077,5	31 343,2
Comercial	44 325,7	41 602,2	38 903,5
Dívida Interna	98 026,3	98 196,1	102 983,4
Setor Bancário	62 525,6	58 620,8	56 315,2
Setor não Bancário	35 500,8	39 575,3	46 668,2
Dívida Financeira SEE	65 517,8	21 201,2	25 668,1
Dívida Financeira SEE *	65 517,8	21 201,2	25 668,1
Dívida Financeira SEE Avalizada	20 934,9	21 201,2	25 668,1
Stock Global	367 648,4	320 126,6	329 396,9
Dívida Externa (% do Total)	55,5%	62,7%	60,9%
Dívida Interna (% do Total)	26,7%	30,7%	31,3%
Dívida Gov. Local & SEE (% do Total)	17,8%	6,6%	7,8%
Stock Global (% do PIB)	132,9%	107,0%	101,0%
Dívida Externa (% do PIB)	73,8%	67,1%	61,6%
Dívida Interna (% do PIB)	35,4%	32,8%	31,6%
Dívida Gov. Local & SEE (% do PIB)	23,7%	7,1%	7,9%

Fonte: DGTe UASE- Ministério das Finanças

* informação apenas da dívida financeira avalizada, tendo em conta que a parte não avalizada ainda não está disponível

IV.2 - DÍVIDA EXTERNA

IV.2.1 - Stock

IV.2.1.1 - Stock da Dívida Pública Externa (em milhões CVE)

	2º Trimestre 2024	2º Trimestre 2025	2º Trimestre 2026	% do Total 2026
Credores Oficiais				
<i>Multilateral</i>	123 384,7	125 049,6	130 498,7	65,0%
<i>Bilateral</i>	36 393,8	34 077,5	31 343,2	15,6%
<i>Comerciais</i>	44 325,7	41 602,2	38 903,5	19,4%
TOTAL	204 104,2	200 729,4	200 745,4	100,0%

IV.2.2 - FLUXOS

IV.2.2.1 - Desembolso da Dívida Externa por Instrumento (em milhões CVE)

	2º Trimestre 2024	% do Total 2024	2º Trimestre 2025	% do Total 2025	2º Trimestre 2026	% do Total 2026
Governo Central						
<i>Curto prazo</i>						
Empréstimos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Longo prazo</i>						
Empréstimos	6 581,4	100%	5 156,2	100%	2 506,9	100%
TOTAL	6 581,4	100%	5 156,2	100%	2 506,9	100%

IV.2.2.2 - Desembolsos por Setor/ Área Económica (em milhões CVE)

Setor/Área Económica	2º Trimestre 2024	2º Trimestre 2025	2º Trimestre 2026	% do Total 2026
Agricultura	1 147,3	45,1	-	0,0%
Água e Saneamento	58,7	209,9	-	0,0%
Educação	-	-	-	0,0%
Energia	19,3	451,2	23,1	0,9%
Estatísticas	209,8	326,7	26,9	1,1%
E-Governance	2 013,8	-	-	0,0%
Infraestruturas e Conectividade	382,6	502,9	170,9	6,8%
Infraestruturas Portuárias	161,8	276,1	31,7	1,3%
Infraestruturas Rodoviárias	14,0	-	-	0,0%
Luta contra Pobreza	-	-	146,2	5,8%
Saúde	133,7	143,0	115,7	4,6%
Economia	330,2	510,7	80,6	3,2%
Tecnologia de Informação	118,1	585,2	274,1	10,9%
Turismo e Transportes	62,5	1 122,8	476,8	19,0%
Ajuda Orçamental	1929,7	982,6	1 160,8	46,3%
TOTAL	6 581,4	5 156,2	2 506,9	100,0%

IV.2.2.3 - Desembolsos por Credor (em milhões CVE)

	2º Trimestre 2024		2º Trimestre 2025		2º Trimestre 2026		Variação 2025-2026	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	valor	%
Credores Oficiais								
<i>Multilateral</i>	6 492,9	98,7%	4 982,4	96,6%	2 465,1	1,0	-2 517,3	-50,5%
BAD	3 144,2	47,8%	224,7	4,4%	119,0	0,0	-105,7	-47,0%
BADEA	47,0	0,7%	169,1	3,3%	-	-	-169,1	-100,0%
BM/IDA	1 215,3	18,5%	2 996,4	58,1%	1 215,7	0,5	-1 780,8	-59,4%
BM/IBRD	-	0,0%	424,1	-	13,1	0,0	-411,0	0,0%
FIDA	-	0,0%	-	0,0%	146,2	0,1	146,2	0,0%
IMF	1 929,7	29,3%	982,6	19,1%	971,2	0,4	-11,4	-1,2%
OPEC	156,7	2,4%	185,5	3,6%	-	-	-185,5	-100,0%
<i>Bilateral</i>	88,5	1,3%	173,8	3,4%	41,8	0,0	-132,0	-75,9%
AUSTRIA	22,1	0,4%	62,9	1,2%	-	-	-62,9	-100%
FUNDO KUWAIT	32,2	0,6%	87,9	1,7%	41,8	0,0	-46,0	-52%
JICA	34,2	0,7%	23,1	0,4%	-	-	-23,1	-100%
PORTUGAL	-	0,0%	0,0	0,0%	-	-	-	0,0%
Credores Privados	-	0,0%	0,0	0,0%	-	-	-	-
<i>Comerciais</i>	-	0,0%	0,0	0,0%	-	-	-	-
BPI	-	0,0%	0,0	0,0%	-	-	-	-
KBC	-	0,0%	0,0	0,0%	-	-	-	-
TOTAL	6 581,4	100,0%	5 156,2	100,0%	2 506,9	100,0%	-2 649,3	-51,4%

IV.2.2.4 - Serviço da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (em milhões CVE)

	2º Trimestre 2024			2º Trimestre 2025			2º Trimestre 2026		
	P	J/C	Total	P	J/C	Total	P	J/C	Total
Credores Oficiais									
<i>Multilateral</i>	2167,4	1125,8	3293,2	2429,1	1084,8	3513,8	2741,9	842,5	3584,4
BAD	767,7	630,7	1398,4	839,5	599,8	1439,3	949,8	404,0	1353,8
BADEA	110,9	27,6	138,6	215,8	43,0	258,9	153,5	31,2	184,7
BEI	190,7	72,9	263,6	191,4	51,9	243,3	192,2	33,2	225,4
BM/IBRD	88,7	105,0	193,7	88,7	76,8	165,5	88,7	65,0	153,6
BM/IDA	556,9	198,2	755,1	526,5	202,0	728,5	550,6	211,8	762,5
CEDEAO	46,3	21,0	67,3	48,7	18,7	67,4	46,7	14,0	60,6
FAD	182,2	26,0	208,2	299,5	47,7	347,2	201,9	37,5	239,4
FIDA	77,1	15,7	92,8	76,3	14,7	91,1	75,7	15,9	91,6
NDF	5,6	0,5	6,1	5,4	0,3	5,7	5,1	0,4	5,5
OPEC	141,3	28,2	169,5	137,2	29,7	166,9	117,3	29,6	146,8
IMF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	360,5	0,0	360,5
<i>Bilateral</i>	985,4	94,6	1080,0	910,3	92,8	1003,2	1024,2	104,4	1128,5
AFD	266,9	18,9	285,8	225,0	20,7	245,7	225,0	19,5	244,5
AUSTRIA	57,7	11,1	68,8	52,9	13,3	66,2	52,9	37,3	90,3
BELGICA	1,9	0,0	1,9			0,0	9,0	0,0	9,0
CHINA	142,3	25,4	167,7	169,2	22,0	191,3	164,2	18,1	182,3
FUNDO KUWAIT	77,6	14,0	91,6	58,3	13,3	71,6	86,9	11,2	98,1
FUNDO SAUDITA	55,7	8,2	63,9	58,8	7,9	66,6	47,1	6,4	53,5
ICO	230,4	5,6	236,0	201,1	4,8	205,8	178,2	2,7	180,9
JICA	152,9	11,4	164,2	144,9	10,9	155,9	260,7	9,2	269,9
PORTUGAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Credores Privados	2021,3	557,2	2578,4	1996,1	519,8	2515,9	1971,3	375,3	2346,7
<i>Comerciais</i>	2021,3	557,2	2578,4	1996,1	519,8	2515,9	1971,3	375,3	2346,7
BPI	215,8	71,0	286,8	215,8	66,0	281,8	215,8	62,1	277,9
CGD	1780,7	483,9	2264,6	1755,5	452,5	2208,1	1755,5	313,3	2068,8
KBC	24,8	2,3	27,0	24,8	1,3	26,1	0,0	0,0	0,0
TOTAL	5 174,1	1 777,6	6 951,7	5 335,5	1 697,4	7 032,9	5 737,4	1 322,2	7 059,6

IV.2.2.5 - Fluxos e Transferências Líquidas da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (em milhões CVE)

	Desembolsos em 2º Trimestre de 2026 (A)	Pagamento de Principal em 2º Trimestre de 2026 (B)	Fluxos líquidos em 2º Trimestre de (C=A-B)	Juros e Comissões em 2º Trimestre de 2026 (D)	Transferências líquidas em 2º Trimestre de E=(C-D)
Credores Oficiais					
Multilateral	2 465,1	2 741,9	-276,8	842,5	-1 119,3
BAD	119,0	949,8	-830,8	404,0	-1234,8
BADEA	0,0	153,5	-153,5	31,2	-184,7
BEI	0,0	192,2	-192,2	33,2	-225,4
BM/IBRD	13,1	88,7	-75,6	65,0	-140,6
BM/IDA	1 215,7	550,6	665,1	211,8	453,2
CEDEAO	0,0	46,7	-46,7	14,0	-60,6
FAD	0,0	201,9	-201,9	37,5	-239,4
FIDA	146,2	75,7	70,5	15,9	54,6
NDF	0,0	5,1	-5,1	0,4	-5,5
IMF	971,2	360,5	610,7	0,0	610,7
OPEC	0,0	117,3	-117,3	29,6	-146,8
Bilateral	41,8	1 024,2	-982,3	104,4	-1 086,7
AFD	0,0	225,0	-225,0	19,5	-244,5
AUSTRIA	0,0	52,9	-52,9	37,3	-90,3
BÉLGICA	0,0	9,0	-9,0	0,0	-9,0
CHINA	0,0	164,2	-164,2	18,1	-182,3
FUNDO KUWAIT	0,0	86,9	-86,9	11,2	-98,1
FUNDO SAUDITA	41,8	47,1	-5,2	6,4	-11,6
ICO	0,0	178,2	-178,2	2,7	-180,9
JICA	0,0	260,7	-260,7	9,2	-269,9
Credores Privados	0,0	1971,3	-1971,3	375,3	-2346,7
Comerciais	0,0	1971,3	-1971,3	375,3	-2346,7
BPI	0,0	215,8	-215,8	62,1	-277,9
CGD	0,0	1755,5	0,0	313,3	-313,3
KBC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	2 506,9	5 737,4	-3 230,4	1 322,2	-4 552,7

IV.3 - DÍVIDA INTERNA**IV.3.1 - Stock****IV.3.1.1 - Perfil de Vencimento da Dívida Interna do Governo Central (em milhões CVE)**

	2º Trimestre 2024		2º Trimestre 2025		2º Trimestre 2026		2024/2025		2025/2026	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Curto Prazo	3 275,1	3,3%	9 222,1	9,4%	7 141,2	6,9%	5 946,9	181,6%	-2 080,8	-22,6%
<=3 Meses	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>3 Meses <= 6 meses	1 193,4	1,2%	3 084,6	3,1%	6 349,3	6,2%	1 891,2	158,5%	3 264,8	105,8%
>6 Meses <= 9 meses	794,0	0,8%	3 766,5	3,8%	791,9	0,8%	2 972,4	374,3%	-2 974,6	-79,0%
>9 Meses <= 12 meses	1 287,7	1,3%	2 371,0	2,4%	-	0,0%	1 083,3	84,1%	-2 371,0	-100,0%
Médio-Longo Prazo	93 347,9	95,2%	87 940,4	89,6%	95 019,1	92,3%	-5 407,6	-5,8%	7 078,7	8,0%
> 1 ano <= 3 anos	4 075,0	4,2%	2 227,2	2,3%	1 500,0	1,5%	-1 847,8	-45,3%	-727,2	-32,7%
>3 anos <= 5 anos	15 665,0	16,0%	11 252,0	11,5%	12 167,1	11,8%	-4 412,9	-28,2%	915,1	8,1%
> 5 anos <= 8 anos	46 495,0	47,4%	48 630,0	49,5%	57 709,2	56,0%	2 135,0	4,6%	9 079,2	18,7%
>8 anos <= 10 anos	26 713,0	27,3%	25 033,1	25,5%	23 242,7	22,6%	-1 679,9	-6,3%	-1 790,4	-7,2%
>10 anos <= 12 anos	400,0	0,4%	798,0	0,8%	400,0	0,4%	398,0	99,5%	-398,0	-49,9%
>12 anos	-	0,0%	-	0,0%	-	-	-	-	-	-
Outros	1 403,3	1,4%	1 033,6	1,1%	823,1	0,8%	-369,6	-26,3%	-210,6	-20,4%
Protocolos	1 346,8	1,4%	956,4	1,0%	771,2	0,7%	-390,4	-	-185,3	-19,4%
Outros Créditos	56,5	0,1%	77,2	0,1%	51,9	0,1%	20,7	36,7%	-25,3	-32,8%
TOTAL	98 026,3	100%	98 196,1	100%	102 983,4	100%	169,7	0,2%	4 787,3	4,9%

OBS: além dos Títulos do Tesouro, o montante global de Emissão da Dívida Interna (2), inclui os Protocolos e outros créditos.

IV.3.2 -FLUXOS**IV.3.2.1 - Movimentos em valor facial da Dívida Interna do Governo Central por Categoria de Empréstimos e Tipo de Instituição (em milhões CVE)**

	Saldo 31/12/2025 (1)	Emissão/ Desembolsos	Vencimentos/ Reembolsos	Saldo Total
		30/06/2026		30/06/2026
		(2)	(3)	(4) = (1+2-3)
SECTOR PÚBLICO				
Governo Central				
Sector Bancário	59 678,7	3 135,2	6 296,3	56 517,7
Sector Não Bancário	41 196,8	8 825,0	3 556,1	46 465,7
TOTAL	100 875,5	11 960,2	9 852,3	102 983,4

IV.3.2.2 - Pagamentos Planeados do Serviço da Dívida Interna do Governo Central por Grupo e Tipo de Instrumento (em milhões CVE)

	2º Trimestre 2024			2º Trimestre 2025			2º Trimestre 2026		
	Capital	Juros e Comissões	Total	Capital	Juros e Comissões	Total	Capital	Juros e Comissões	Total
TÍTULOS DE DÍVIDA									
Bilhetes de Tesouro	1 293,1	6,9	1 300,0	1 393,4	6,6	1 400,0	2 274,3	25,7	2 300,0
30-dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
90-dias	798,0	2,0	800,0	697,9	2,1	700,0	-	-	-
180-dias	-	-	-	695,4	4,6	700,0	-	-	-
270-dias	-	-	-	-	-	-	1 484,6	15,4	1 500,0
360-dias	495,0	5,0	500,0	-	-	-	789,6	10,4	800,0
Obrigações de Tesouro	6 445,4	1 555,1	8 000,4	8 651,1	1 599,4	10 250,5	7 484,4	1 554,7	9 039,1
2 anos	-	16,2	16,2	736,7	10,1	746,8	-	-	-
3 anos	817,8	40,9	858,7	-	31,6	31,6	727,2	31,6	758,8
4 anos	1 625,4	106,7	1 732,1	2 642,8	101,6	2 744,4	-	55,4	55,4
5 anos	-	94,7	94,7	-	106,2	106,2	1 560,5	98,4	1 658,9
6 anos	915,2	129,6	1 044,7	1 087,7	186,1	1 273,8	-	200,2	200,2
7 anos	890,0	240,9	1 130,9	298,9	277,6	576,5	1 298,0	344,7	1 642,7
8 anos	1 202,3	405,9	1 608,2	1 903,2	363,6	2 266,8	1 604,0	371,3	1 975,3
9 anos	994,7	367,6	1 362,3	995,4	340,2	1 335,6	2 294,7	297,5	2 592,2
10 anos	-	143,7	143,7	986,5	173,5	1 160,0	-	146,8	146,8
12 anos	-	8,9	8,9	-	8,9	8,9	-	8,9	8,9
TOTAL	7 738,4	1 562,0	9 300,4	10 044,5	1 606,0	11 650,5	9 758,7	1 580,4	11 339,1

IV.3.3 - Stock de Garantias e Avals em 30 de junho de 2026 (em milhões CVE)

Beneficiário	Setor	jun/26	% do Total
ENAPOR	SEE	0,0	0,0%
ELECTRA	SEE	5 846,7	22,8%
TACV	SEE	5 462,5	21,3%
NEWCO	SEE	2 598,8	10,1%
ICV	SEE	302,8	1,2%
ADS	SEE	835,6	3,3%
IFH	SEE	656,3	2,6%
SDTIBM	SEE	901,2	3,5%
AEB	SEE	702,7	2,7%
SCS	SEE	0,0	0,0%
RTC	SEE	85,6	0,3%
CERMI	SEE	7,8	0,0%
NOSI	SEE	69,5	0,3%
INCV	SEE	206,2	0,8%
ASA	SEE	1 045,0	4,1%
CV Telecom	SEE	1 643,8	6,4%
CABNAVE	SEE	0,0	0,0%
AEM	SEE	50,0	0,2%
EDEC	SEE	500,3	1,9%
AZEEMSV	SEE	161,9	0,6%
LACV	SEE	428,7	1,7%
EPEC	SEE	569,8	2,2%
ECV	SEE	933,0	3,6%
Sub-Total Setor Público		23 008,3	89,6%
CM São Miguel	Município	142,5	0,6%
CM Mosteiros	Município	0,0	0,0%
CM Santa Catarina	Município	0,0	0,0%
CM Paul	Município	79,1	0,3%
CM Tarrafal São Nicolau	Município	0,0	0,0%
CM Porto Novo	Município	0,0	0,0%
CM São Vicente	Município	358,6	1,4%
CM Santa Cruz	Município	363,6	1,4%
Sub-Total Setor Público		943,9	3,7%
CV Interilhas	Privado	515,5	2,0%
DECAMERON	Privado	34,5	0,1%
ELEVO	Privado	0,0	0,0%
TECNOVIA	Privado	0,0	0,0%
EMPREITEL FIGUEIREDO	Privado	24,5	0,1%
KHYM NEGOCE	Privado	13,3	0,1%
CABOPLAST	Privado	26,4	0,1%
CITI COOP	Privado	0,0	0,0%
MORABI	Privado	64,0	0,2%
FCS	Privado	9,0	0,0%
PRÓ-GARANTE	Privado	715,2	2,8%
SGL	Privado	51,9	0,2%
MASEYKA	Privado	261,7	1,0%
Sub-Total Setor Privado		1 716,0	6,7%
STOCK TOTAL (milhões de CVE)		25 668,1	100,0%

Glossário

Dívida Pública

O termo “dívida pública” é utilizado frequentemente para designar realidades diversas de endividamento, nomeadamente, a dívida do Governo Central ou a dívida de todo o setor público administrativo, resultantes apenas do recurso a empréstimos públicos ou englobando também outras situações passivas, como por exemplo os que resultam do deferimento de pagamento de operações sobre bens e serviços, da retenção de cobranças efetuadas por conta de terceiros, de bonificação de taxas de juros e de avals e garantias concedidos e vencidos, entre outras situações.

Dívida do Governo Central (GC) - são operações de crédito assumidas diretamente pela Administração Central, englobando passivos resultantes de outras situações da responsabilidade direta do Governo Central.

Dívida Pública Interna

São operações de crédito do Estado realizadas no país e em moeda nacional. Podem ser detidas por investidores com residência no território nacional ou no estrangeiro. De se notar que as transações de crédito devem ocorrer no território nacional.

Dívida Externa

São créditos contraídos em divisas, junto de credores com residência no exterior.

Classificação da Dívida externa por tipo de credor

Multilateral - quando o credor é uma instituição de crédito internacional ou regional. A título de exemplo, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento;

Bilateral - quando as transações de crédito ocorrem entre dois países ou instituições de créditos públicos. Por exemplo, empréstimos entre Portugal e Cabo Verde ou entre o Instituto de Crédito Oficial (ICO) de Espanha e a República Cabo Verde;

Comerciais - quando o credor é um banco comercial ou uma empresa privada.

Dívida Pública Externa

É a dívida externa do setor público.

Dívida externa do País

É a dívida externa do setor público acrescida da dívida externa do setor privado do país.

Dívida fundada

Instrumentos de Dívida de médio e longo prazos (maturidade superior a um ano). Por exemplo, Obrigações do Tesouro (OT); empréstimos contraídos com base em acordos/contratos (credor e devedor).

Dívida flutuante

Instrumentos de Dívida de curto prazo, com maturidades de até um ano, emitidos pelo Tesouro do Estado para cobrir as necessidades de tesouraria.

Serviço da Dívida

Pagamento de juros, comissões e capital para amortização da dívida.

Amortização - é o reembolso parcial ou total do capital em dívida.

Comissões - são os custos cobrados pelos serviços de elaboração de contrato e de engagements assumidos pelo credor no âmbito do acordo de empréstimo;

Comissões - são os custos cobrados pelos serviços de elaboração de contrato e de engagements assumidos pelo credor no âmbito do acordo de empréstimo;

Juros - é o custo da utilização do capital alheio, tipicamente expresso em percentagem. A taxa de juro pode ser fixa, o que significa que permanece constante durante a maturidade do empréstimo ou variável, quando flutua durante o período de amortização da dívida.

Período de carência - período em que o mutuário não faz o reembolso da dívida, pagando somente os juros ou em que pode capitalizá-los.

Desembolsos - A transferência real de recursos financeiros, ou de bens ou serviços feitos pelo mutuante ao mutuário em cumprimento de obrigações acordadas no âmbito da implementação de um projeto ou programa.

Tipos de desembolsos

Reembolsos - numa ação previamente concertada, o credor autoriza o mutuário a realizar certas despesas para depois fazer o reembolso do montante pago pelo mutuário;

Pagamento direto - mediante um pedido formal da parte do mutuário, o credor paga diretamente ao fornecedor por uma fatura de fornecimento de bens ou serviço devidamente certificada;

Conta especial - quando é aberta uma conta especial no Banco Central e o credor alimenta a mesma. O mutuário utiliza o montante e justifica a utilização da tranche anterior para poder aceder a outras tranches de desembolsos;

Garantia - nas operações em que se exige uma garantia bancária, no âmbito da implementação do projeto, objeto do contrato financiado com empréstimo externo, o credor assume esta despesa.

Capital/Stock da dívida

É o montante desembolsado pelo credor ao mutuário, no âmbito de um contrato de crédito, ainda não restituído/reembolsado.

Fórmula simples de calcular o Stock: Stock inicial + Desembolsos-pagamentos + residuais (dívida contingente vencida, atrasados, etc.) obs.: neste caso o stock é calculado na moeda de contratação.

Fluxo Líquido de um empréstimo

Desembolsos menos o pagamento de capital.

Atrasados

Serviço da dívida ou outras transações vencidas e não pagas.

Passivo Contingente

São obrigações que surgem de engajamentos diretos e/ou indiretos do Estado que poderão ocorrer ou não. Todavia, se se ocorrem, exige uma intervenção financeira imediata do Estado.

Passivo Contingente Explícito: são obrigações que decorrem de responsabilidades financeiras contratualizadas pelo Estado de uma forma direta, e que se elas forem acionadas, o Estado é chamado a honrá-las. Exemplo: avales concedidos às entidades públicas ou privadas.

Passivo Contingente Implícito: são obrigações que não decorrem de responsabilidades financeiras contratualizadas pelo Estado, mas que serão reconhecidas como tal, caso ocorrerem, exemplo: *default* contratual de uma entidade pública; ações de resgate e de recuperação de eventos de desastre; falência de alguma entidade Pública; custos provenientes de privatizações, entre outros.

Alívio da Dívida

Diminuição do peso da dívida ao país devedor através de reescalonamento ou por cancelamento parcial ou total do pagamento do serviço da dívida, mediante um acordo entre as partes envolvidas.

Reescalonamento da dívida

Renegociação do calendário de pagamento do serviço da dívida.

Sustentabilidade da dívida

O termo sustentabilidade da dívida é usado para designar a capacidade de um Estado de cobrir as suas responsabilidades contratuais, resultante de acordo de empréstimo, sem pôr em causa a inteira estabilidade e a dinâmica da economia do país.

Análise de sustentabilidade

É um diagnóstico que se faz a um portfólio de dívida, num determinado período, para se concluir se esta é ou não sustentável. Mede o nível de dívida sobre o qual o país devedor é capaz de cumprir as suas obrigações do serviço da dívida, presentes e futuros, sem recorrer a um alívio da dívida adicional ou reescalonamento da dívida ou acumulação de atrasos.

Títulos do Governo

Instrumentos Financeiros usados pelo Governo para obter fundos do mercado primário. Exemplo, bilhetes e obrigações do Tesouro.

Mercado Primário

O Mercado onde os investidores podem comprar, primeiramente, novos instrumentos financeiros emitidos.

Mercado Secundário

O Mercado onde os instrumentos financeiros são transacionados entre os detentores, e não diretamente com o emissor.



**Ministério
das Finanças**

Direção Geral do Tesouro

www.mf.gov.cv

email: dgt.caboverde@mf.gov.cv